



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANUSA APARECIDA WURR

**A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: O PAPEL DO
CONTADOR NA ORIGEM DA INFORMAÇÃO E NA TOMADA DE DECISÃO**

CURITIBA
2018

VANUSA APARECIDA WURR

**A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: O PAPEL DO
CONTADOR NA ORIGEM DA INFORMAÇÃO E NA TOMADA DE DECISÃO**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão Contábil e Tributária.

Orientador: Prof. Odirlei Acir Tedesco.

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

VANUSA APARECIDA WURR

A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: O PAPEL DO CONTADOR NA ORIGEM DA INFORMAÇÃO E NA TOMADA DE DECISÃO

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção de título de Especialista, curso de **MBA em Gestão Contábil e Tributária, Setor Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná**. Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Odirlei Acir Tedesco
Orientador

Prof.

Prof.

Prof.

Curitiba, 30 de Junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me proporcionar a oportunidade de buscar crescimento, sem Ele, nada do que consegui alcançar teria sido possível. Pela saúde e disposição para realização deste trabalho.

Ao meu marido, Marcelo, pela compreensão em todas as horas, por todo apoio para que fosse possível realizar tudo o que realizei, e por acreditar em mim quando eu mesma não acreditava e me incentivar a ser sempre uma pessoa melhor, eu te amo! A minha mãe, Neusa, por tudo o que me ensinou, por ter batalhado sozinha para dar a mim e as minhas irmãs uma base sólida, ensinamentos sobre princípios, além de todo amor que sempre nos ofereceu.

Ao meu orientador, professor Odirlei Acir Tedesco, pela paciência e por todo apoio na realização deste trabalho.

Agradeço também as colegas de pós-graduação que tive a oportunidade de conhecer e compartilhar momentos que ficarão pra sempre na memória, e a todos que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

“É necessário cuidar da ética para não
anestesiarmos a nossa consciência e
começarmos a achar que tudo é normal”.
Mário Sérgio Cortella

RESUMO

Wurr, V. A (2018). *A informação contábil como instrumento de gestão: o papel do contador na origem da informação e na tomada de decisão*. Monografia do curso Pós-graduação MBA em Gestão Contábil e Tributária, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

A Contabilidade como ciência evoluiu muito desde o seu surgimento. Sabe-se que ela é fundamental no que se refere ao controle patrimonial e fornecimento de informações para tomada de decisão das empresas. No entanto, por envolver muitos trabalhos burocráticos, algumas empresas ainda não se utilizam de tudo aquilo que a contabilidade lhes oferece. Entretanto, cabe ao contador, como detentor das informações, além de estar sempre atento a novas exigências fiscais e tecnologias, orientar seus clientes sobre a importância de se utilizar os relatórios contábeis não somente para fins legais, como também para auxílio em projeções futuras e melhor desempenho das empresas. O contador possui responsabilidade solidária perante a empresa, e deve agir com legalidade, de forma a cumprir veemente as exigências do fisco e os princípios éticos prescritos por sua classe profissional, estando ciente de que agindo de má-fé ou em conluio a clientes porventura fraudulentos, estará prejudicando não somente aos profissionais contábeis, como a sociedade num todo. Nesta pesquisa foram aplicados questionários a cerca de 50 empresas enquadradas como Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, com atividades de comércio e serviço. Tais questionários tinham como objetivo relatar a utilização da informação contábil como ferramenta de gestão por parte das empresas, sua visão do contador, e a importância da contabilidade do ponto de vista daqueles que utilizam como meio de auxílio na tomada de decisão. Os resultados alcançados com as respostas das questões foram representados em gráficos. Maior parte das empresas pesquisadas possui contabilidade externa. Muitas delas, mesmo afirmando receber relatórios financeiros periodicamente, fazem pouco uso dos mesmos para tomada de decisão. Além disso, muitos gestores acham que o contador é um mero gerador de guias de tributos e outros serviços burocráticos. A frequência do contato da empresa com a contabilidade é somente quando necessário em quase todas as pesquisadas, mas maior parte delas diz analisar mensalmente os resultados da empresa. Sobre a permanência da contabilidade caso não fosse obrigatória por Lei, em sua maioria, as empresas a manteriam.

Palavras-chave: Contabilidade. Tomada de decisão. Informação contábil. Contador.

ABSTRACT

Wurr, V. A (2018). *Accounting information as a management tool: the role of the accountant in the origin of information and in decision-making*. Monografia do curso Pós-graduação MBA em Gestão Contábil e Tributária, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Accounting as a science has evolved a great deal since its inception. It is known that it is fundamental regarding the patrimonial control and provision of information for decision making of the companies. However, because it involves many bureaucratic works, some companies still do not use everything that accounting offers them. However, it is the responsibility of the accountant, as a keeper of the information, as well as being always aware of new fiscal requirements and technologies, advising its clients on the importance of using accounting reports not only for legal purposes, but also for aid in future projections and better performance. The accountant has joint liability before the company and must act with legality, in order to comply vehemently with the requirements of the tax authorities and the ethical principles prescribed by his professional class, being aware that acting in bad faith or in collusion with fraudulent clients, will be harming not only accounting professionals, but society as a whole. In this research, questionnaires were applied to about 50 companies classified as Micro Enterprises and Small Enterprises, with activities of commerce and service. These questionnaires aimed to report the use of accounting information as a management tool by companies, their view of the accountant, and the importance of accounting from the point of view of those who use as a means of aid in decision making. The results obtained with the answers of the questions were represented in graphs. Most of the companies surveyed have external accounting. Many of them, even claiming to receive financial reports periodically, make little use of them for decision making. In addition, many managers find that the accountant is a mere generator of tax guides and other bureaucratic services. The frequency of company contact with accounting is only when necessary in almost all respondents, but most of them report monthly analyzing the company's results. Regarding the permanence of accounting if it were not mandatory by law, most companies would keep it.

Keywords: Accounting. Decision making. Accounting information. Counter

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Tipo de Contabilidade	36
GRÁFICO 2 - Visão das empresas sobre o contador	37
GRÁFICO 3 - Uso das ferramentas gerenciais	38
GRÁFICO 4 - Frequência de contato empresa e contador	39
GRÁFICO 5 - Fornecimento de resultados financeiros e patrimoniais	39
GRÁFICO 6 - Aceitação das informações transmitidas pelo contador a empresa	40
GRÁFICO 7 - Responsabilidade sobre a tomada de decisão	41
GRÁFICO 8 - Recebimento de relatórios contábeis	41
GRÁFICO 9 - Periodicidade da análise dos resultados da empresa	42
GRÁFICO 10 - Permanência do serviço contábil caso não fosse obrigatório	43

LISTA DE SIGLAS

a.C - Antes de Cristo

d.C - Depois de Cristo

BP - Balanço Patrimonial

CEPC – Código de Ética Profissional do Contador

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DFC - Demonstração de Fluxos de Caixa

DRE - Demonstração de Resultado do Exercício

DVA - Demonstração de Valor Adicionado

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

PL - Patrimônio Líquido

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Questionário.....	36
------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS

Ed. - Edição

p. - Página

nº - Número

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTO E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.3 JUSTIFICATIVAS	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO NOS TEMPOS MODERNOS	14
2.1.1 História da contabilidade	15
2.1.1.1 Pré-História (8000 a.C e 1202 d.C)	15
2.1.1.2 Idade Média (1202 a 1494)	16
2.1.1.3 Idade Moderna (de 1494 até meados de século XVIII)	16
2.1.1.4 Idade Contemporânea (do século XVIII até os dias atuais)	16
2.1.2 Contabilidade contemporânea	18
2.2 ESTRUTURA DA CONTABILIDADE E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/FINANCEIRAS	19
2.2.1 Demonstrações Contábeis	20
2.2.1.1 Balanço Patrimonial	20
2.2.1.2 Demonstração de Resultado do Exercício	21
2.2.1.3 Demonstração de fluxo de caixa	21
2.3 DIVULGAÇÃO (<i>DISCLOSURE</i>), OBRIGATORIEDADE DA INFORMAÇÃO E PERIODICIDADE	22
2.3.1 Informações contábeis necessárias para a tomada de decisão	23
2.4 RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CONTADOR	25
2.4.1 Papel do contador na origem da informação	25
2.4.2 Ética do contador	26
2.3.3 Responsabilidade solidária do contador perante a empresa imposta pelas normas fiscais	30
2.3.4 Função Social da Contabilidade	31
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS	32
3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA	32
3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS	32
3.4 COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES	33
3.5 TÉCNICA DE COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES	34
4 RESULTADOS DA PESQUISA	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44

REFERÊNCIAS.....47

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é alicerçada em Princípios, instituídos pelo Conselho Federal de Contabilidade e respaldada em Leis. Trata das relações sociais, sejam elas interpessoais ou empresarias, e por isso é considerada uma ciência social aplicada e tem como objeto o patrimônio.

Conforme discorre Marion (2009) diversas empresas acham que a Contabilidade é um “mal necessário”. Contudo, verifica-se que é indispensável no que tange à gestão e controle patrimonial, visto que tem um papel decisório e determinante, auxiliando, fornecendo dados e ordenando na tomada de decisão. Tais informações são retiradas de documentos e dados fornecidos pelas pessoas, físicas ou jurídicas, a fim de alimentar todo o sistema de informação, gerando assim os relatórios e demonstrações contábeis. Todavia, devido a grande burocracia envolvida em alguns serviços, observa-se que a Contabilidade nem sempre atende as necessidades deliberativas de seus usuários.

As demonstrações geradas pela contabilidade tem papel fundamental sob o ponto de vista gerencial e também tributário de uma empresa. Assim sendo, é de extrema importância que tenham sido elaboradas em concordância com a legislação vigente, de forma fidedigna e relevante.

Este trabalho irá apresentar as principais informações fornecidas pela contabilidade, além da atribuição e responsabilidade do contador como provedor das mesmas e sua forte influência para com a sociedade.

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

A contabilidade, desde seu surgimento, é um sistema de informação, que segundo Nakagawa (1993) o Sistema contábil de informações é orientado por um conjunto de regras de controle de entrada, processamento, avaliação e saída de dados. Na entrada, o sistema só contempla dados relacionados com transações que guardem conformidade com os chamados “Postulados Ambientais” da Contabilidade, os quais, se admitidos, passam a ser tratados de acordo com os procedimentos de controle interno das empresas, disponível as pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, e desde os primórdios das transações comerciais, é utilizada para controle das riquezas e do patrimônio.

Hoje em dia, para cumprir com as obrigações legais, as empresas necessitam das informações contábeis, que podem servir tão somente para seguir as exigências fiscais, como também para fornecer informação relevante para a tomada de decisões por parte dos empresários.

O contador como detentor das prerrogativas necessárias para exercício da função tem participação decisiva no processo de gestão, visto que fornece dados veemente importantes a todos os usuários da informação.

As empresas como parte integrante da estrutura mercadológica, tem papel fundamental na sociedade, seja gerando empregos, movimentando a economia ou mesmo contribuindo com a arrecadação do governo para prestação de serviços aos cidadãos.

Diante disso, qual a importância da informação contábil no processo de tomada de decisão para a gestão empresarial?

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Este trabalho tem a intenção de evidenciar as principais informações necessárias para a tomada de decisão na empresa, bem como o papel do contador na origem da informação.

Objetivos Específicos

(i) Identificar as principais informações necessárias para a tomada de decisão na empresa; (ii) Demonstrar aspectos relacionados a tomada de decisão que contribuam para a gestão da empresa; (iii) Apresentar a importância da contabilidade, o papel do contador e sua responsabilidade para com a sociedade.

1.3 JUSTIFICATIVAS

A informação contábil, decorrente de atos e fatos, a qual se baseia em fenômenos patrimoniais, além de fornecer dados e servir de ferramenta para tomada de decisão, desempenha importante papel social e legal, assistindo as pessoas, empresas e instituições no geral ao cumprimento de suas obrigações. Segundo

Padoveze (2004), Informação é o dado processado de forma a ser entendido pelo seu receptor, e a transferência de informação é a comunicação.

Marion (2009) comenta que Contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisões.

É importante demonstrar as principais informações fornecidas pela contabilidade, pois por tratar da riqueza das entidades, as mesmas devem ser fidedignas e que atendam as necessidades dos usuários da informação. O contador como provedor de tais informações, deve agir sempre com resguardo em princípios legais, bem como estar pautado pela ética profissional.

Neste sentido, este estudo será de extrema relevância, pois irá apresentar desde as principais informações a serem fornecidas aos usuários no geral, como também a responsabilidade do contador na origem destas. Elaborar este trabalho me trará imensa realização e sem dúvida contribuirá para a minha formação como profissional da área contábil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO NOS TEMPOS MODERNOS

Sobre Contabilidade Marion (2009, p. 145) discorre que “é uma ciência social, pois estuda o comportamento das riquezas que se integram no patrimônio, em face das ações humanas (portanto, a Contabilidade ocupa-se de fatos humanos)”.

A palavra contabilidade é originária do francês “*comptabilité*”, empregada para designar a arte de escriturar as contas relevando, pois, o aspecto meramente instrumental da disciplina”. (CAMPIGLIA, 1966, p. 21)

Sobre a evolução da contabilidade, segundo Marion (2009), costuma-se dizer que é tão antiga quanto à origem do homem, pois se abrimos a Bíblia no livro de Gênesis, observa-se uma “competição” do crescimento da riqueza entre Jacó e seu sogro Labão. Já no livro de Jó, considerado o mais antigo da Bíblia, há uma descrição exata da riqueza de Jó em detalhes.

Observa-se que registros contábeis, escriturações, demonstrações, entre outras tarefas da contabilidade, como atividades principais, ficam cada vez mais no passado. Antigamente, o contador era visto como o “guarda livros”, responsável somente pelas contas, emissão de documentos fiscais, entre outras tarefas burocráticas. Mas isto vem mudando ao longo dos anos, até mesmo o termo *contador* em alguns países já está ultrapassado.

2.1.1 História da contabilidade

Sabe-se que a contabilidade é uma ferramenta de auxílio para que seja demonstrada a situação econômico-financeira de uma determinada empresa.

Para Sá (1997), a contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano.

Provavelmente por esta razão verifica-se que a contabilidade sempre buscou moldar-se de acordo com as mudanças ao longo da história, cumprindo assim o papel pela qual foi criada, como provedora das informações e seus usuários.

Para demonstrar o processo de evolução histórica da contabilidade, Ávila (2011) cita os marcos do avanço contábil: Pré-História, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

A história da contabilidade, de certa forma, segundo Da Luz (2015, p. 38) “acompanha a história da própria humanidade – o desejo de controlar aquilo que se possui nasceu com o próprio homem”.

2.1.1.1 Pré-História (8000 a.C e 1202 d.C)

Ávila (2011) relata que neste tempo, a contabilidade evoluiu devido a experiências de utilização de métodos de controle. Contudo, o conhecimento era baseado tão somente por práticas usuais o que discerniu este período por produzir informações superficiais. Os povos mais influentes neste período foram os romanos, chineses, sumérios e babilônios.

2.1.1.2 Idade Média (1202 a 1494)

Devido a estudos abordando a contabilidade neste período, ela teve grande ímpeto. Alguns estudiosos passaram a desenvolver pesquisas, sistematizando-a, especialmente com relação aos métodos de registro. Desta forma, iniciou-se sua transformação em ciência de fato. Leonardo Fibonacci foi um dos principais estudiosos da época, que segundo da Luz (2015) escreveu *Liber abaci*, que significa “Livro do cálculo”, ou “Livro do ábaco”, um livro histórico sobre aritmética.

2.1.1.3 Idade Moderna (de 1494 até meados de século XVIII)

Foi neste período que ocorreu o chamado *marco da evolução contábil*, pois foi em 1494 que foi publicado em Veneza a obra do frei Luca Pacioli, *La Summa de Arithmetica, Geometria, Porportioni et Proportionalitá*, a qual tinha como destaque um capítulo chamado *Tratatus Particularis de Computis et Scripturis*. É nesta obra que o frei matemático, com estudo aprofundado em contabilidade, narra o **Método das partidas dobradas**, hoje mundialmente aceito.

O método consiste no fato de que para qualquer operação há um débito e um crédito de igual valor ou um débito (ou mais débitos) de valor idêntico a um crédito (ou mais créditos). Portanto não há débitos sem créditos correspondentes, ou ainda a soma dos débitos é igual a soma dos créditos. (MARION, 2009, p. 156).

Complementa ainda Marion (2009) que apesar de o método ter mais de 500 anos, não houve nada que o substituísse, por tamanha perfeição.

2.1.1.4 Idade Contemporânea (do século XVIII até os dias atuais)

Fase em que a contabilidade foi destacada como período científico da contabilidade, pois passaram a ser desenvolvidos estudos mais sistemáticos, passando de um simples método de controle para uma ciência de controle.

Sobre a ciência

Os controles patrimoniais desta ciência geram informações que são vitais para o sucesso das empresas, pois o processo decisório da administração com base nas informações contábeis é de suma importância na competitividade do mundo globalizado. (ÁVILA, 2009, p. 25).

Sabe-se que no Brasil a contabilidade foi disciplinada através de documentos legais, como por exemplo, um Alvará publicado em 1808 a qual obrigou contadores a utilizarem o método das partidas dobradas na escrituração. Este foi introduzido por D. João VI e determinou:

Para que o método de escrituração e fórmulas de contabilidade de minha Real Fazenda não fiquem arbitrários à maneira de pensar de cada um dos Contadores Gerais, que sou servido o referido Erário:
Ordeno que a escrituração seja mercantil por partidas dobradas por ser a única seguida pelas Nações civilizadas, assim pela sua brevidade para o manejo de grandes somas, como por ser a mais clara e a que menos lugar dá erros e subterfúgios, onde se esconde a malícia e a fraude dos prevaricadores (ORRÚ, 1990, p. 12).

Em 1850 foi publicada a Lei nº 556, de 25 de junho, estabelecendo o Código Comercial o qual criou a obrigatoriedade da escrituração dos atos mercantis dos comerciantes, gerando assim a obrigação de executar-se a escrituração contábil e demonstração da situação das empresas. Sobre isso Ávila (2011) ainda cita que apesar de a referida Lei ter influenciado o processo de utilização da técnica contábil, não contribuiu para nenhum avanço efetivo na área.

Em seguida, em 9 de janeiro de 1905, mediante Decreto nº 1.339, foram oficialmente reconhecidos os cursos de Guarda-livros e de Perito-Contador. Então, em 1940 é publicada a Lei das Sociedades por Ações, por meio do Decreto-lei nº 2.627 de 26 de setembro, posteriormente revogado parcialmente pela Lei nº 6.404, de 1976. Cinco anos depois, em 1945, a profissão contábil foi oficialmente reconhecida como carreira universitária.

Então, em 1946, através do Decreto nº 9.295 de 27 de maio, é criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e respectivos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC). Neste mesmo ano, a contabilidade passou por mudanças na orientação didática, passando a utilizar a escola de contabilidade norte-americana, deixando de lado a influência da escola italiana, a qual vigorava até então.

No ano de 1993, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Resolução nº 750, a posteriori alterada pela NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL de 2016, que tratava dos **Princípios de contabilidade**, limitadores das ações dos profissionais da área contábil.

2.1.2 Contabilidade contemporânea

Conforme cita Ávila (2011), a ciência contábil, tal como a conhecemos hoje, passou ao longo dos anos por um processo de evolução histórica interessante.

Nos tempos atuais, a contabilidade gerencial vem tomando papel importantíssimo na rotina do profissional da contabilidade, auxiliando empresários e administradores na tomada de decisões. O contador utiliza da análise de demonstrações contábeis e de mercado para avaliar melhores formas de investimentos e estratégias que conduzam a melhorias para as empresas.

A postura do novo contador exige que o profissional esteja em constante atualização, tanto na legislação vigente, quanto das normas contábeis, pois estas interferem diretamente nas operações das empresas. Além disso, necessita manter-se compenetrado a tudo o que possa influenciar nas operações das empresas, auxiliando-as na apresentação de tantas informações exigidas pelo fisco.

O profissional contábil deve capacitar-se não só em sua área, mas em diversas áreas afins, abrindo um leque para se tornar um profissional completo, a qual o mercado almeja. Empresários e administradores buscam cada vez mais profissionais que possam orientar através de planejamentos e estratégias, formas alternativas e legítimas de se obter melhores resultados, agregando valor ao negócio.

A contabilidade atual precisa atender as tendências exigidas pelo mercado atual. O contador, portanto precisa deixar de lado o trabalho técnico e buscar o papel de consultor contábil. Profissionais com este perfil se destacam diante de outros que se utilizam dos mesmos hábitos e manias do passado, trazendo proveitosos *insights* tanto para as empresas a que atende quanto para o seu próprio crescimento profissional.

Para Padoveze (1997), a contabilidade deve ser vista como um instrumento essencial para a gestão das organizações e não somente um meio para atender às exigências legais.

O avanço da tecnologia e a informatização de dados proporcionaram ao contador mais agilidade e funcionalidade, contribuindo assim para tenha mais tempo para a análise das informações e desta forma prestando assessoria aos usuários das informações, em tempo real e de forma eficiente.

2.2 ESTRUTURA DA CONTABILIDADE E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/FINANCEIRAS

Periodicamente são apresentados aos usuários das informações os relatórios contábeis, que nada mais são do que o resumo de maneira ordenada dos dados extraídos da Contabilidade, elaborados a partir necessidade de cada usuário.

Marion (2009, p. 43), comenta que “dos inúmeros relatórios que há em Contabilidade, destacam-se aqueles que são *obrigatórios* de acordo com a legislação brasileira.” Estes são denominados demonstrações contábeis ou demonstrações financeiras.

A Lei nº 6.404 de 1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 2007, destaca como principais demonstrações financeiras o Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado de Exercício (DRE), Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), Demonstração de Fluxo de Caixa (DCF) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), as quais entre outras informações proferem as características que devem conter as informações contábeis.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC TG), em seu capítulo nº 3, que trata das características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira útil, cita como características qualitativas fundamentais Relevância e Representação fidedigna. A informação precisa ser relevante e fidedigna para que seja útil. Não basta ser fidedigna, mas de fenômeno irrelevante nem tampouco relevante, mas que não apresente informação fidedigna. Ambas as situações não irão auxiliar os usuários a tomarem decisões.

Existem ainda as características qualitativas de melhoria, sendo elas:

- (i) Comparabilidade;
- (ii) Verificabilidade;
- (iii) Tempestividade e
- (iv) Compreensibilidade.

Sobre a elaboração e divulgação dos relatórios, a Resolução do CFC nº 1374 de 2011, que deu nova redação a NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, trata que

as Demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas. Governos, órgãos reguladores ou autoridades tributárias, por exemplo, podem determinar especificamente exigências para atender a seus próprios interesses. Essas exigências, no entanto, não devem afetar as demonstrações contábeis elaboradas segundo esta Estrutura Conceitual.

De acordo com a norma

O objetivo dos relatórios contábil/financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito. (BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade, 2011).

A elaboração e apresentação das demonstrações contábeis destinadas a usuários externos devem ser baseadas em uma estrutura conceitual, a qual tem por finalidade entre outras características harmonização das regulações, normas contábeis e procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações; dar suporte a órgãos reguladores e auxiliar os responsáveis pela elaboração das demonstrações na aplicação das normas.

2.2.1 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis têm como objetivo “fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças de posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica”. (MARION, 2009, p.157).

2.2.1.1 Balanço Patrimonial

Descrito por Marion (2009, p. 52) como “o mais importante relatório gerado pela contabilidade”, ele é quem demonstra a situação econômica e financeira da empresa a qualquer tempo.

É separado em duas colunas, onde lado esquerdo é denominado Ativo e o lado direito Passivo. Ativos seriam os bens e direitos que a empresa possui, e Passivos, suas obrigações para com terceiros. Junto com o Passivo ao lado direito da coluna, encontra-se o Patrimônio Líquido (PL), que nada mais é do que o total das aplicações dos proprietários na empresa. Esta importância aplicada inicialmente pelos sócios na empresa denomina-se Capital ou Capital Nominal, valor este que pode ser modificado no decorrer do tempo. Pode-se dizer que o termo *Balanço* origina-se do equilíbrio dos elementos: $\text{Ativo} - \text{Passivo} + \text{PL}$, tendo assim igualdade em casa um dos lados, como uma balança equilibrada. E o termo *Patrimonial* vem do Patrimônio da empresa, que nada mais é do que o conjunto dos bens, direitos e obrigações.

2.2.1.2 Demonstração de Resultado do Exercício

O tempo de duração do exercício social de uma empresa é um ano conforme Lei nº 6.404 de 1976, alterada pela Lei nº 11.638 de 2007, em seu Art. 175: “O exercício social terá duração de 1 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto.” (Brasil, 1976). Esta mesma Lei dispõe da obrigatoriedade de elaboração das demonstrações financeiras. Ao final de cada exercício, será apurado o resultado, verificando assim se houve lucro ou prejuízo, onde todas as despesas e receitas serão transferidas para a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE). O resultado do exercício pode ser lucro ou prejuízo.

A estrutura desta demonstração é de forma vertical, onde basicamente subtrai-se e soma-se, iniciando pela Receita Bruta da empresa, em seguida as deduções da receita, e custos, chegando ao Lucro Bruto, onde dele subtraem-se as despesas, posteriormente deduz-se o Imposto de Renda e participações, resultando então ao Lucro Líquido do Período.

2.2.1.3 Demonstração de fluxo de caixa

As Demonstrações de Fluxo de Caixa (DFC) são relatórios que auxiliam os usuários das demonstrações contábeis na avaliação da capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa pela entidade.

Sobre os benefícios da utilização da DFC, “compreendem uma série de aspectos, tais como a disponibilização de informações sobre mudanças na estrutura de ativos líquidos de entidade sua capacidade de geração de caixa líquido”. (LUZ, 2015, p. 113).

2.3 DIVULGAÇÃO (*DISCLOSURE*), OBRIGATORIEDADE DA INFORMAÇÃO E PERIODICIDADE

Sobre a divulgação, podemos encontrar com o termo *Disclosure*

Disclosure – Divulgação pelas companhias de toda informação, positiva ou negativa, que poderia subsidiar uma decisão de investimento. (Dictionary of Finance and Investment Terms, 1990).

A contabilidade tem com seus usuários a missão de comunicar dados financeiros, cujo modo pode variar de acordo com a necessidade de cada um, todavia sempre com a mesma essência, apresentando informações qualitativas e quantitativas de forma ordenada, oferecendo assim elementos úteis aos usuários.

Salotti e Yamamoto (2006) dividem a divulgação em categorias, sendo ela Baseada em Associação, Baseada em Julgamento e Baseada em Eficiência.

A Divulgação Baseada em Associação tem por característica o estudo das consequências da divulgação no comportamento de investidores. Já a Divulgação Baseada em Julgamento averigua a forma com que gestores escolhem divulgar as informações, baseado no incentivo que estes têm de propagar tais informações. E Por fim, a Divulgação Baseada em Eficiência a qual aborda os tipos mais eficientes de divulgação, investigando quais as configurações de preferências.

Alguns motivos podem levar as empresa a revelar determinadas informações.

Para Alencar (2007, p.15) “A entidade fará ou não divulgação, na medida em que este favoreça ou não à própria entidade”.

A divulgação pode ser feita através de duas modalidades: a obrigatória e a voluntária. No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), normatiza e fiscaliza a divulgação das Demonstrações Contábeis. Esta norma regulamenta e padroniza as informações.

Sobre a divulgação voluntária, “É preciso entender os motivos que incentivam os administradores a praticar a divulgação voluntária e a forma como essa informação se torna confiável”. (YAMAMOTO e SALOTTI, 2006, p. 15).

A publicação voluntária das informações pode trazer benefícios às empresas, visto que aumenta a atração de investidores interessados em resultados e pode contribuir para alocação de recursos, uma vez que com os dados divulgados, os usuários externos podem monitorar os resultados da empresa.

Se for feita a comparação entre a divulgação obrigatória da voluntária, observa-se que na obrigatória, se não for imposta legalmente, as empresas não estão dispostas a aumentar os níveis de divulgação, já na voluntária, estas possuem motivação para divulgar informações e este estímulo para que divulguem suas informações traz melhoria na comunicação com mercado de capitais. (YAMAMOTO e SALOTTI 2006).

Algumas formas de divulgação são citadas por Hendriksen e Van Breda (1999), como: previsões financeiras, políticas contábeis, mudanças contábeis, divulgação de eventos posteriores às demonstrações e divulgação a respeito de segmentos de uma empresa.

2.3.1 Informações contábeis necessárias para a tomada de decisão

Define-se como objeto da contabilidade o patrimônio, e é através da divulgação de informações que provê aos seus diversos usuários que ela auxilia na tomada de decisões.

Segundo Franco (1996), a finalidade da contabilidade é assegurar o controle desse patrimônio, fornecendo a seus administradores, informações e orientações necessárias à ação administrativa, bem como a seus titulares (proprietários do patrimônio) e demais pessoas a ele relacionadas, as informações e interpretações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar seus fins.

Para Marion (2009) usuário pode ser considerado como qualquer pessoa (física ou jurídica) que tenha interesse em conhecer dados (normalmente fornecidos pela contabilidade) de uma entidade.

Podem ser internos ou externos à empresa.

Usuário interno da informação

- (i) Acionistas ou sócios;
- (ii) Administradores;
- (iii) Diretores;
- (iv) Gerentes;
- (v) E demais pessoas que utilizem dentro da empresa os dados produzidos pela contabilidade.

Usuário externo da informação

- (i) Fisco (Receita Federal, Secretaria de estado, Municípios, DF);
- (ii) Bancos;
- (iii) Fornecedores;
- (iv) Clientes;
- (v) E demais pessoas envolvidas

Cada um destes usuários se utiliza das informações pelas mais diversas finalidades e por necessidades distintas.

O Comitê De Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 00 R1, trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. As Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com esta estrutura tem por objetivo fornecer informações úteis para tomada de decisões econômicas por parte dos usuários, tais como:

- (a) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- (b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;
- (c) avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- (d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- (e) determinar políticas tributárias;
- (f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- (g) elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- (h) regulamentar as atividades das entidades.

2.4 RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CONTADOR

2.4.1 Papel do contador na origem da informação

A Contabilidade, para Marion (2009), é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar de decisões, coletando todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para tomada de decisões.

Sobre o contador

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para a tomada de decisão. Ressaltemos, entretanto, que, nosso país, em alguns segmentos de nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco. (MARION, 2009, p. 27).

O contador tem o papel de elaborar relatórios econômicos, patrimoniais e financeiros de entidades, mantendo-se sempre inteirado da legislação vigente, trabalhando de forma eficiente e cumprindo prazos, para que as informações sejam fornecidas em tempo hábil para tomada de decisão por parte dos usuários. Espera-se também que exerça, além das atividades técnicas, função social, contribuindo com os objetivos das empresas, bem como função gerencial, auxiliando-as em suas decisões.

Segundo Robbins (2000), a atividade gerencial exige algumas qualificações, tais como: a) habilidade sistêmica-conceitual, para refletir sobre a capacidade gerencial de perceber situações complexas e visualizar o todo e o relacionamento entre as partes que compõem a empresa; b) competência interpessoal, para manifestar a capacidade do gerente de trabalhar em equipe, motivar e liderar pessoas e grupos; e c) inclinação para mudanças, para assumir responsabilidades e riscos na busca de melhorias e inovações.

É muito comum as pessoas pensarem no contador como o profissional que se restringe as atividades burocráticas como cálculos de tributos, folhas de pagamento, declarações obrigatórias ao fisco, entre outras que comumente os contadores empenham-se preferencialmente. Entretanto, Padoveze (1997) esclarece algumas outras atribuições do profissional contábil, como suporte à administração das empresas, atividades de análise, planejamento, colaboração na tomada de

decisão, elaboração de orçamentos e relatórios de desempenho, fornecendo o histórico das empresas permitindo então planejamentos futuros, atendendo a necessidades específicas do administrador de acordo com cada perfil e utilizando não só de princípios contábeis, como também instrumentos de demais áreas como economia, estatística entre outras.

O mercado busca profissionais com habilidades gerenciais, que possam contribuir para o enriquecimento dos negócios. Espera-se que o profissional contábil tenha competência, iniciativa, e tenha autoridade no fornecimento de informações de modo que tenha responsabilidade e assuma riscos.

2.4.2 Ética do contador

O Contador “é o profissional que exerce as funções contábeis, com formação superior do ensino Contábil (Bacharel em Ciências Contábeis)”. (MARION, 2009, p.29).

Em 1996 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovou a Resolução nº 803, alterada pela Resolução nº 1.307/2010, a qual instituiu o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), como objetivo de fixar a forma de conduta do profissional de Contabilidade no exercício de sua função e nos assuntos concernentes a classe e a profissão. Nele são descritos os deveres e proibições, regras para fixação dos valores dos serviços profissionais (honorários), e os deveres em relação aos colegas de classe. Dispõe também sobre as penalidades enfrentadas pelos profissionais, constituindo infração ética.

Sobre a definição da palavra Ética

Estudo do juízo de apreciação que se refere à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.

(Dicionário Aurélio)

Segundo Lisboa (1996, p. 23), “[...] pode se definir o termo ético como sendo um ramo da filosofia que lida com o que é moralmente bom ou mau, certo ou errado.” Além disso, segundo este autor, a ética pode ter cunho pessoal, com relação aos princípios de conduta em geral, e profissional, a qual regula determinada classe de profissionais. Considera ainda o autor a ética como expressão do pensamento correto.

Observa-se também como “Ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.” (SÁ, 2007).

Contudo, é mister ressaltar que Ética e Moral pairam em uma linear, onde uma é pressuposta de outra. Sobre a Moral

Conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada.

(Dicionário Aurélio)

Considerando tais definições, verifica-se que a Ética é a norma, ao passo que a Moral é a ação.

Como classe profissional, os contabilistas têm grande responsabilidade social e econômica junto à sociedade, especialmente no que diz respeito à gestão e controle do patrimônio das entidades. Em vista disso, faz-se necessária a habilitação profissional exigida pelo seu órgão de classe, bem como habilidades técnicas para executar os mais diversos trabalhos a eles atribuídos. Ademais, devem estar sempre atentos as Normas aplicadas ao profissional contábil.

Uma marca característica da profissão contábil é a aceitação da responsabilidade de agir no interesse público. Portanto, a responsabilidade do profissional da contabilidade não é exclusivamente satisfazer as necessidades do contratante. Ao agir no interesse público, o profissional da contabilidade deve observar e cumprir esta Norma. (BRASIL, Norma Brasileira De Contabilidade – NBC PG 100, 2014).

Todavia, a ética profissional incumbe um melhor relacionamento entre profissional e clientes, bem como com demais profissionais, considerando valores morais.

O profissional da contabilidade, segundo a NBC PG 100/2014, deve cumprir os seguintes princípios éticos:

(a) Integridade – ser franco e honesto em todos os relacionamentos profissionais e comerciais.

(b) Objetividade – não permitir que comportamento tendencioso, conflito de interesse ou influência indevida de outros afetem o julgamento profissional ou de negócio.

(c) Competência profissional e devido zelo – manter o conhecimento e a habilidade profissionais no nível adequado para assegurar que clientes e/ou

empregador recebam serviços profissionais competentes com base em desenvolvimentos atuais da prática, legislação e técnicas, e agir diligentemente e de acordo com as normas técnicas e profissionais aplicáveis.

(d) Sigilo profissional – respeitar o sigilo das informações obtidas em decorrência de relacionamentos profissionais e comerciais e, portanto, não divulgar nenhuma dessas informações a terceiros, a menos que haja algum direito ou dever legal ou profissional de divulgação, nem usar as informações para obtenção de vantagem pessoal pelo profissional da contabilidade ou por terceiros.

(e) Comportamento profissional – cumprir as leis e os regulamentos pertinentes e evitar qualquer ação que desacredite a profissão.

Segundo a Norma, é de responsabilidade do profissional “avaliar quaisquer ameaças ao cumprimento dos princípios éticos quando ele souber ou suspeitar da existência de circunstâncias ou relações que podem comprometer o cumprimento dos princípios éticos.” (NBC PG 100/2014).

Sobre o perfil esperado pelo contador, Ludícibus (1994, p.29) menciona que “O contador torna-se também o primeiro analista das informações produzidas pelo sistema por ele montado e um dos auxiliares mais importantes dentro da entidade”.

De acordo com Lisboa (1997), existem cinco comportamentos repugnantes no meio contábil e que devem ser evitados: crise de valores, imperícia, negligência, fraude e corrupção. Quando o profissional não possui conhecimento para realização do trabalho ocorre à imperícia, que segundo Gonçalves (2009, p.970) é “a inobservância, por despreparo prático ou insuficiência de conhecimentos técnicos, das cautelas específicas no exercício de uma arte, ofício ou profissão”. Como a contabilidade é uma área muito ampla, dentro dela existem várias áreas onde o profissional pode atuar. Entretanto, somente aqueles com conhecimento específico em tal área possuem capacidade para execução do trabalho. A imperícia seria o indivíduo, mesmo sem o preparo necessário, exercer tal trabalho.

O que muito se observa, em se falando dos profissionais, é que muitas vezes existe certo conflito, onde o indivíduo age de acordo com sua própria moral, deixando de lado os princípios éticos. Visando obter maiores lucros e bens, o profissional distende seu individualismo, pensando no favorecimento próprio, consentindo então com a decadência da ética.

A respeito de fraude na contabilidade, é um termo que se refere à omissão intencional ou manipulação, adulteração de registros, documentos ou demonstrações contábeis, e realização de práticas indevidas. São estratégias intencionais que prejudique outra pessoa.

Desde as origens da economia (alguns milhares de anos atrás) existem, na vida das pessoas e no mundo dos negócios, "golpistas" que se dedicam a por em prática vários tipos de fraudes, armadilhas, sistemas e esquemas para enganar e roubar o próximo. (<http://www.fraudes.org>).

Uma pesquisa realizada em 2004 pela empresa de auditoria KPMG mostrou que a causa mais provável para a intensificação de atos fraudulentos atribui-se a atenuação dos valores sociais e morais. Sá (1998) afirma que um trabalho de qualidade é consequência natural de responsabilidade com o coletivo, e que quando os princípios éticos são lesados, os valores individuais tornam-se mais importantes, fazendo com que o profissional fique vulnerável e tome decisões pautadas em interesse próprio, sem compromisso com a sociedade.

No Art. 4º da Resolução CFC nº 1307 de 2010, diz que

São deveres do Profissional da Contabilidade:

I – exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais. (BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade, 2010).

Visto isso, constata-se que o profissional que agir com falta de atenção, trazendo prejuízos aos usuários das informações, além de agir com negligência, estará ferindo o Código de Ética.

Sobre a corrupção, afirma Lisboa (1997) que seja qual for à sociedade, sempre haverá oportunidade para que as regras sejam descumpridas, pois alguém estará preparado para assumir os riscos de penalidades impostas a quem desacatar as normas. Um profissional corrupto desonesto contamina os bons princípios a fim de obter lucro, prejudicando toda a sua classe.

Deste modo, com intuito de compensar os danos causados por alguns profissionais com estas condutas, existe a Responsabilidade Civil. Cumpre tecer que aquele profissional que trabalha disciplinado em princípios éticos, contribui não somente com sua própria classe, mas também com a sociedade num todo.

2.3.3 Responsabilidade solidária do contador perante a empresa imposta pelas normas fiscais

O contador é o profissional que tem a atribuição de apresentar demonstrações contábeis e demais relatórios de forma fidedigna e adequada conforme normas vigentes. Dentre elas, a Lei nº 10.406/2002, o Código Civil, o Código de Ética Profissional do Contador (CEPC), alterado pela Resolução CFC nº 1307/2010 e NBC PG 100, que dispõe sobre Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade.

A profissão contábil deve ser pautada na ética profissional, além de Normas e preceitos legais. O contador deve ser conhecedor de suas obrigações para com a sociedade, e compreender que caso aja de forma antiética ou ilegal, poderá haver consequências.

Sobre a responsabilidade civil, descreve Diniz (2003, p.34) como “aplicar medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal”.

O Código Civil brasileiro, em seus artigos nº 1.177 e 1.178, aborda a responsabilidade civil do contabilista e auxiliares, conforme segue:

Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.

Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

Parágrafo único. Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autêntica do seu teor.

Sobre a preposição, Sá (2005, p.103), afirma que “tudo o que o profissional da contabilidade registra e demonstra em relação ao movimento da empresa ou da instituição, ele o faz como preposto”.

Isto posto, o código civil deliberou que como preposto, o contador é solidariamente responsável com o preponente, que seriam os clientes, por atos

ilícitos causados pro ele (preponente) ou por outrem. Por consequência, se no exercício de sua função ele vier a causar algum prejuízo, estará sujeito à reparação de qualquer dano causado. Assim sendo, o profissional contábil precisa mais do que nunca agir de acordo com os princípios éticos, de forma correta e exercer trabalho confiável, contribuindo assim não só com seus clientes, mas também com a sociedade em geral.

2.3.4 Função Social da Contabilidade

Sá (1999) menciona o termo Contabilidade Social para descrever as circulações entre célula social e a sociedade, com o objetivo de demonstrar sua função social.

Como instrumento contábil utilizado para demonstrar, por meio de elementos quantitativos e qualitativos, atos praticados pela empresa em interação com a sociedade existe o Balanço Social, que nada mais é do que um demonstrativo de função social.

Função social remete a princípios de desenvolvimento sustentável. Cada vez mais as pessoas tem se conscientizado e buscado soluções para problemas globais. Entidades ou instituições públicas ou privadas, como causadores uma parcela dos impactos sociais e ambientes, precisam refletir sobre a premência em se mudar de atitude em relação a sistemas de produção e contribuir para o bem comum.

Segundo Tinoco (1984), o Balanço Social pode ser definido como instrumento de gestão e informação que busca apresentar de modo transparente (*full-disclosure*), informações econômicas, financeiras e sociais das atividades da empresa, aos diversos usuários da informação.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Quanto aos objetivos, as pesquisas podem ser classificadas em exploratória, descritiva e explicativa.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva.

Segundo Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis.

Para Cervo e Bervian (1983) a pesquisa descritiva é aquela que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem a manipulação destes.

3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

Concerne-se estudo de uma pesquisa qualitativa e quantitativa.

Conforme menciona Beuren (2010, p. 92) “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar, características não observadas por meio de um estudo qualitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

Já para Richardson (1999, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Sobre a pesquisa quantitativa, ainda Richardson menciona que

Caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. (Richardson, 199, p.70).

3.3 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO À ABORDAGEM DOS PROCEDIMENTOS

Os procedimentos serão abordados através de uma pesquisa bibliográfica e levantamento ou *survey*.

Pesquisa bibliográfica é definida como a que

Explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. (CERVO E BERVIAN 1983, p. 55).

Com relação às pesquisas de levantamento

Se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação e informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados. (Gil (1999, p. 70)

3.4 COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Para preceder a coleta de dados, foram realizadas buscas por bibliografias pertinentes ao assunto, bem como artigos e publicações que pudessem contribuir com esta pesquisa.

A coleta dos dados deu-se através da aplicação de questionário, enviado a um grupo de empresas selecionadas.

Segundo Triviños (1987), o estudo descritivo, aplicado a esta pesquisa, exige do pesquisador uma delimitação precisa de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados, com o objetivo de conferir validade científica à pesquisa. Logo, é necessário que a população e a amostra sejam delineadas, bem como tudo aquilo que se pretende extrair de tal método aplicado.

Nesta pesquisa, a coleta ocorreu da seguinte maneira:

- (i) Por meio de pesquisa bibliográfica, foram identificadas informações pertinentes à tomada de decisão nas empresas;
- (ii) Por intermédio dos Princípios Éticos do Contador e baseado nos Princípios Contábeis e na legislação vigente, a responsabilidade do Contador e seu papel na tomada de decisão das empresas foram apontados.
- (iii) Para obtenção de dados, foi aplicado um questionário, contendo questões pertinentes ao tema aplicado, em sua forma prática.

3.5 TÉCNICA DE COLETA DOS DADOS E INFORMAÇÕES

Como técnica para obtenção de dados, foi aplicado um questionário, baseado nos trabalhos de Anderson Catapan, Ana Carolina T. Cortes, Patrícia B. de Souza, Rosângela M. dos Santos e Vanessa V. da Silva (2011), Thiago André Anselmo (2012), e adaptado pela autora.

A pesquisa destinou-se a cerca de 50 Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte do ramo de serviços e comércio na cidade de Curitiba.

O tema apurado foi “A Informação Contábil como instrumento de Gestão”.

A forma de envio foi via e-mail. A ferramenta utilizada foi *survey*, onde o questionário foi elaborado e de onde foram apurados dados para análise dos resultados. Do total de questionários enviados, foram respondidos 38, dos quais foram coletados os dados, com objetivo de responder a perguntas desta pesquisa.

Empregando este método, foi possível obter elementos para uma melhor análise da aplicabilidade do tema deste estudo, de forma que tornasse o mesmo mais rico em informações e desta forma podendo, através dos dados coletados, responder aos objetivos por este estudo levantados.

As perguntas levantadas no questionário foram escolhidas pela autora de modo que tudo o que foi exposto neste estudo pudesse ser apresentado também sobre a perspectiva de empresários, que são os maiores interessados na informação contábil e em tudo o que ela pode proporcionar a empresa no que tange a fornecer elementos para tomada de decisão.

Na figura a seguir, são apresentadas as questões formuladas:

FIGURA 1 – QUESTIONÁRIO

A Informação Contábil como Instrumento de Gestão

1) A contabilidade da sua empresa é feita por contador interno ou externo?

- a) Interna
- b) Externa

2) Qual a sua visão sobre o contador e o trabalho desempenhado por ele?

- a) Auxilia na tomada de decisão da empresa
- b) Propõe medidas corretivas a fim de melhorar a eficiência de uma empresa
- c) Aquele que calcula e gera as guias de tributos e folha de pagamento, abertura e baixa de empresas, entre outros
- d) Apenas informante de dados

3) Sobre o uso de ferramentas gerenciais

- a) Utilizadas para orçamento empresarial
- b) Para controle de fluxo de caixa
- c) Projeções futuras
- d) Não utiliza nenhuma

4) Com que frequência a empresa entra em contato com o contador?

- a) Diariamente
- b) Semanalmente
- c) Mensalmente
- d) Quando necessário

5) Além de guias de tributos e folha de pagamento, seu contador lhe fornece os resultados financeiros e patrimoniais da empresa?

- a) Sim
- b) Não

6) As informações transmitidas por parte do contador são bem aceitas e admitidas para corrigir problemas gerenciais na empresa?

- a) Sim
- b) Não

7) Quem é responsável pela tomada de decisão na empresa?

- a) Apenas sócios
- b) Funcionários designados
- c) Ambos

8) A empresa recebe relatórios contábeis para auxílio na tomada de decisão?

- a) Sim
- b) Não

9) Qual a periodicidade da análise dos resultados da empresa por parte dos responsáveis?

- a) Mensal
- b) Trimestral
- c) Anual
- d) Outros

10) Se a contabilidade não fosse obrigatória, sua empresa permaneceria com o serviço?

- a) Sim
- b) Não

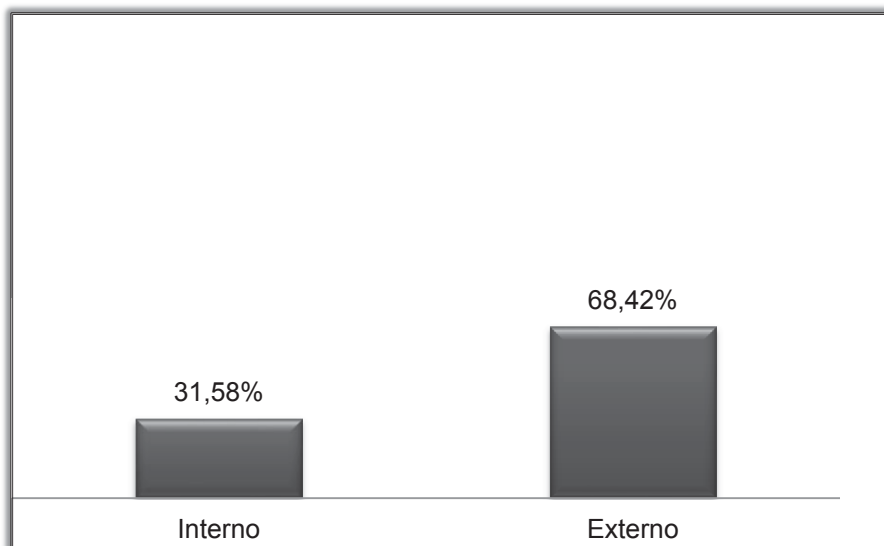
FONTE: Autora (2018).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa incidiu sobre Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, localizadas na cidade de Curitiba, com atividades de comércio e serviço, totalizando em média 50 empresas. Dos questionários enviados, 38 foram respondidos, onde foi analisada a importância dos serviços contábeis e das informações fornecidas pelo contador para a tomada de decisão nas empresas.

Com o objetivo de saber como era feita a contabilidade, observa-se que em 31,58% dos casos, a mesma era feita por contador interno e em 68,42%, por contador externo.

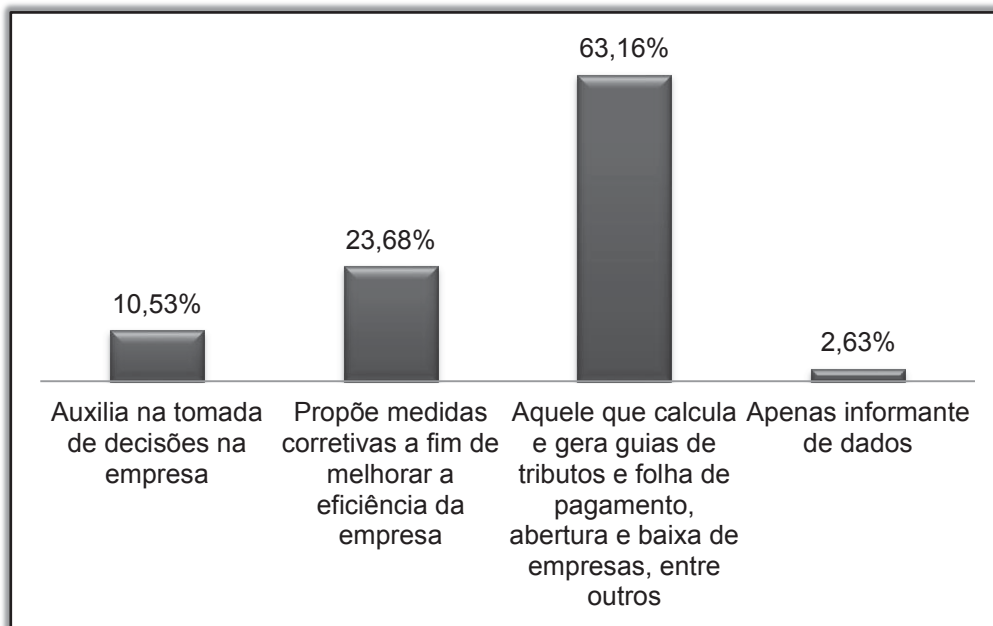
GRÁFICO 1 – Tipo de Contabilidade



Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

A respeito da visão das empresas sobre o contador e o trabalho desempenhado por ele, observa-se que 63,16% das empresas pesquisadas vêem o contador como aquele que calcula e gera as guias de tributos e folha de pagamento, abertura e baixa de empresas, entre outros, enquanto somente 10,53% acham que ele auxilia na tomada de decisões da empresa. Além disso, 23,68% acreditam que o ele é aquele que propõe medidas corretivas a fim de melhorar a eficiência da empresa e 2,63% o vêem como apenas informante de dados.

GRÁFICO 2 – Visão das empresas sobre o contador

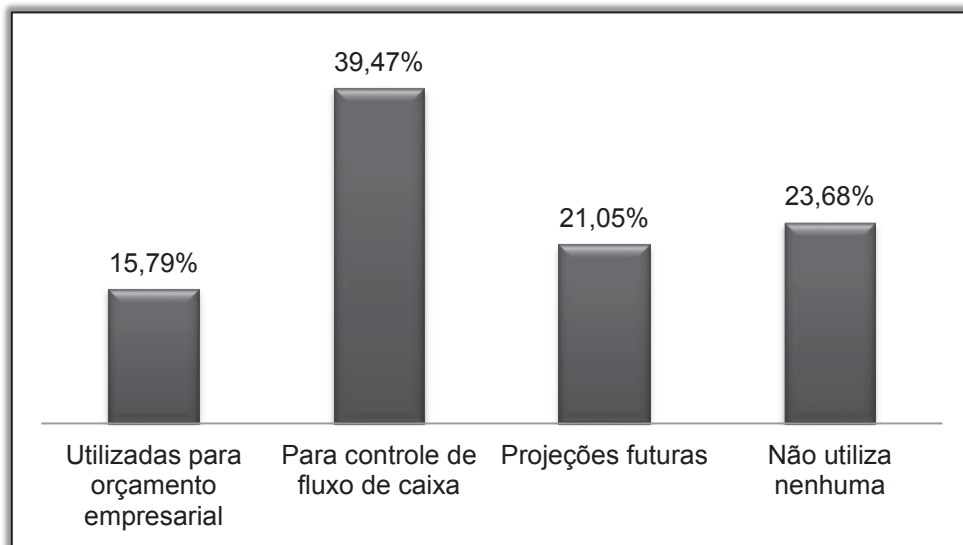


Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

Analisando este dados, podemos concluir que o contador é pouco visto como auxiliador na tomada de decisões, quando na verdade ele é o maior aliado das empresas e pode contribuir muito com informações pertinentes.

Quanto ao uso das ferramentas gerenciais, 39,47% das empresas utilizam para controle e fluxo de caixa. Outra opção de resposta era que a empresa não utiliza nenhuma ferramenta gerencial, e 23,68% delas responderam desta maneira, além das 15,79% que utilizam para orçamento empresarial e 21,05% para projeções futuras.

GRÁFICO 3 – Uso das ferramentas gerenciais



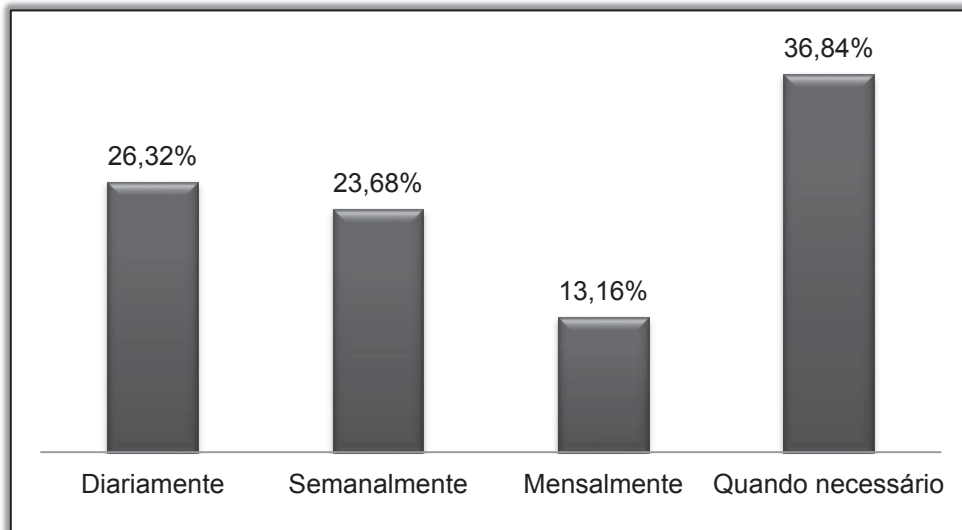
Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

Tais ferramentas são essências para melhor funcionamento das empresas. Elas podem colaborar além de orçamento, fluxo de caixa e projeções futuras, para planejamento tributário por exemplo, que visa reduzir de maneira legal a carga tributária das empresas.

Sobre a frequência do contato entre empresa e o contador, 36,84% entram em contato quando necessário, 13,16% mensalmente, 23,68% semanalmente e 26,32% diariamente.

Através destes números, podemos observar que na maioria das empresas o contato com o contador ocorre somente quando necessário. Isso mostra que a relação entre ambos deve ser estreitada, a fim de as informações fornecidas pela contabilidade sejam melhor aproveitadas pelos administradores e gestores.

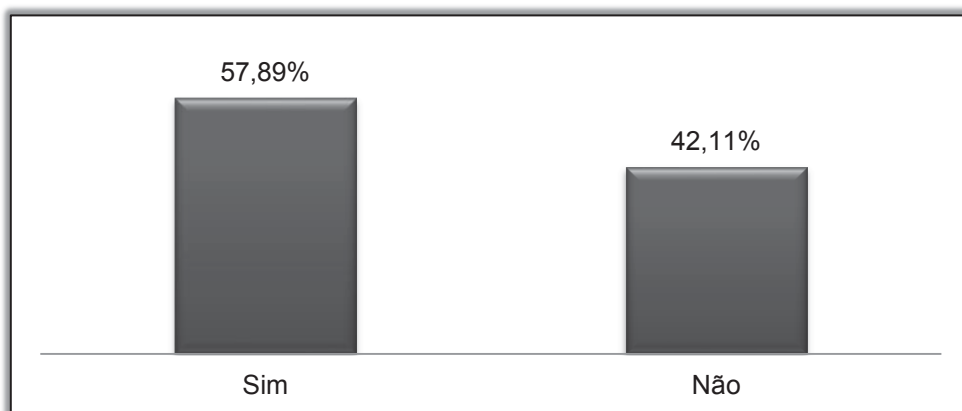
GRÁFICO 4 - Frequência de contato empresa e contador



Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

Além de guias de tributos e folha de pagamento, observa-se aqui que em 57,89% dos casos o contador fornecia os resultados financeiros e patrimoniais da empresa. Isso nos mostra que em mais da metade dos casos, o contador envia periodicamente os resultados das empresas. Contudo, um número grande de empresas afirmaram não receber tais resultados, o que preocupa visto que estes deveriam ser considerados indispensáveis por parte de ambos.

GRÁFICO 5 – Fornecimento de resultados financeiros e patrimoniais

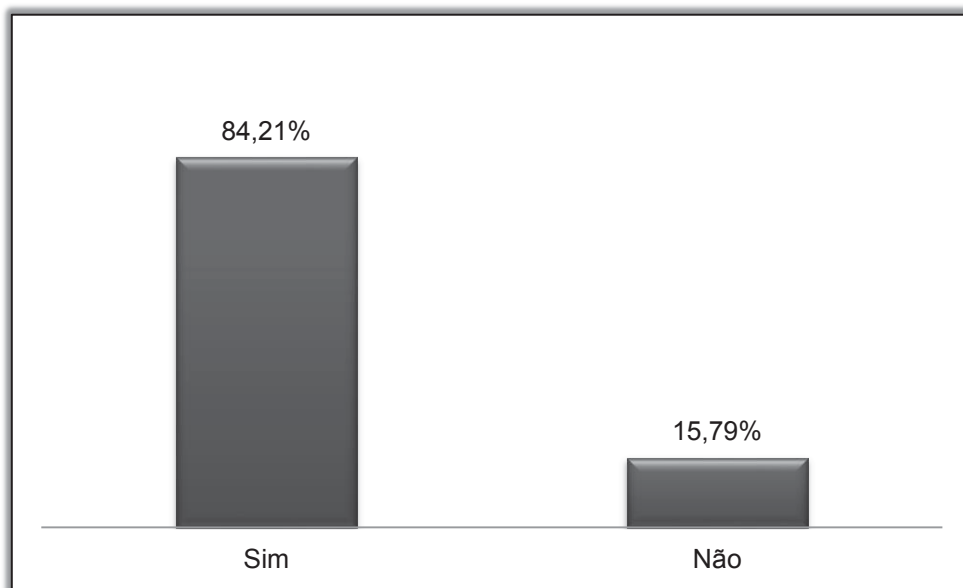


Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

Sobre as informações transmitidas por parte do contador serem bem aceitas e admitidas para corrigir problemas gerenciais na empresa, 84,21% responderam que sim, enquanto 15,79% não aceitam muito bem as essas informações para utilizar na correção de problemas.

Esta aceitação é de extremo préstimo, dado que todas as informações enviadas pelo contador são úteis para a empresa, para os mais diversos fins.

GRÁFICO 6 – Aceitação das informações transmitidas pelo contador a empresa

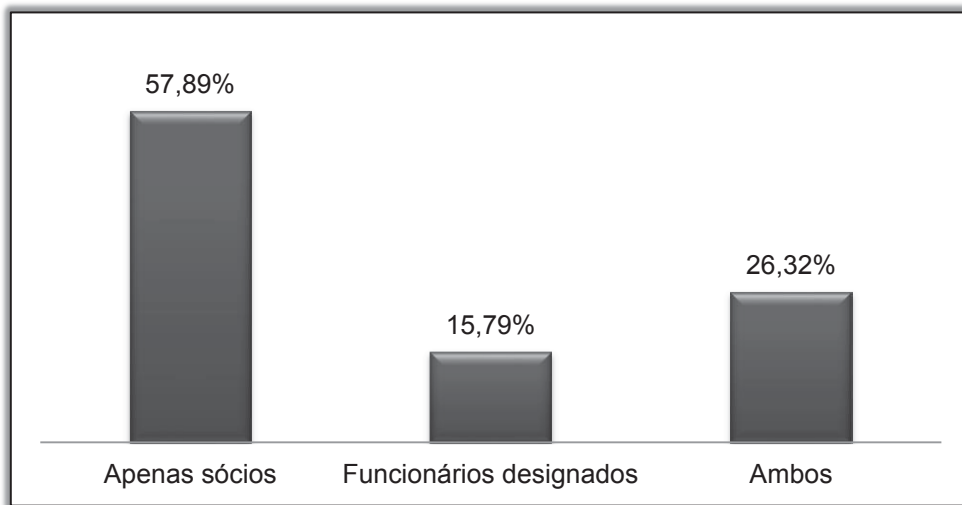


Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

A respeito da responsabilidade sobre a tomada de decisão na empresa, 57,89% responderam que as decisões são tomadas apenas pelos sócios, 15,79% por funcionários designados, e 26,39% afirmaram que as decisões são tomadas por ambos.

Sabemos que muitas vezes os detentores do “poder de decisão” não são aqueles que conhecem o real funcionamento da empresa. Isso acaba limitando as oportunidades de se utilizar da melhor maneira as informações recebidas para que sejam tomadas decisões pertinentes a realidade prática da empresa.

GRÁFICO 7 – Responsabilidade sobre a tomada de decisão

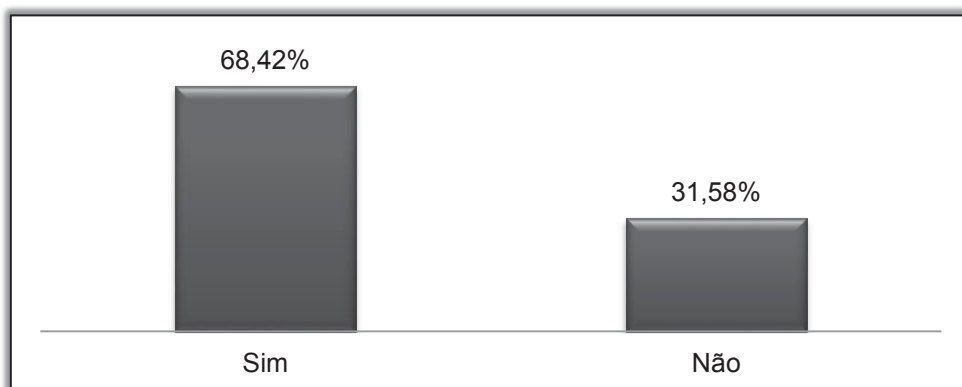


Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

Com relação ao recebimento de relatórios contábeis para auxílio na tomada de decisão, os que recebem totalizaram 68,42% contra 31,58% que não recebem.

Apesar de o número de empresas que recebem os relatórios contábeis ter sido bem maior, ainda existem muitos profissionais da área contábil que cumprem somente com as obrigações burocráticas e fiscais da empresa. Isto acaba sendo prejudicial a mesma, que deixando de receber tais relatórios, fica carente de dados que podem lhe auxiliar nas decisões, e não tem acesso a sua real situação financeira e patrimonial.

GRÁFICO 8 – Recebimento de relatórios contábeis

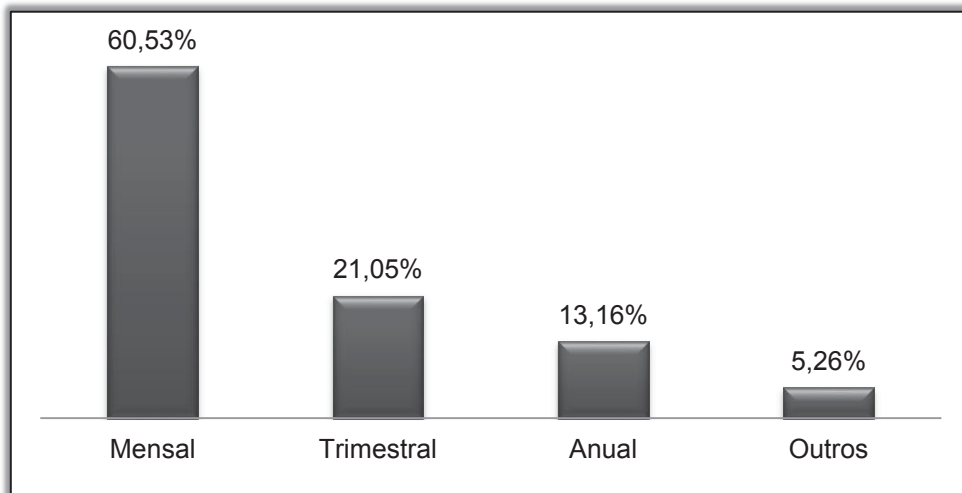


Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

Aqui, a finalidade era saber a periodicidade da análise dos resultados da empresa por parte dos responsáveis. Aqueles que analisam mensalmente totalizaram 60,53%, trimestralmente 21,05%, anualmente 13,16% e outros 5,26%.

Esta análise periódica é fundamental para o melhor funcionamento das empresas, já que permite visualizar sua situação, e aplicar estratégias para obtenção de resultados positivos.

GRÁFICO 9 - Periodicidade da análise dos resultados da empresa



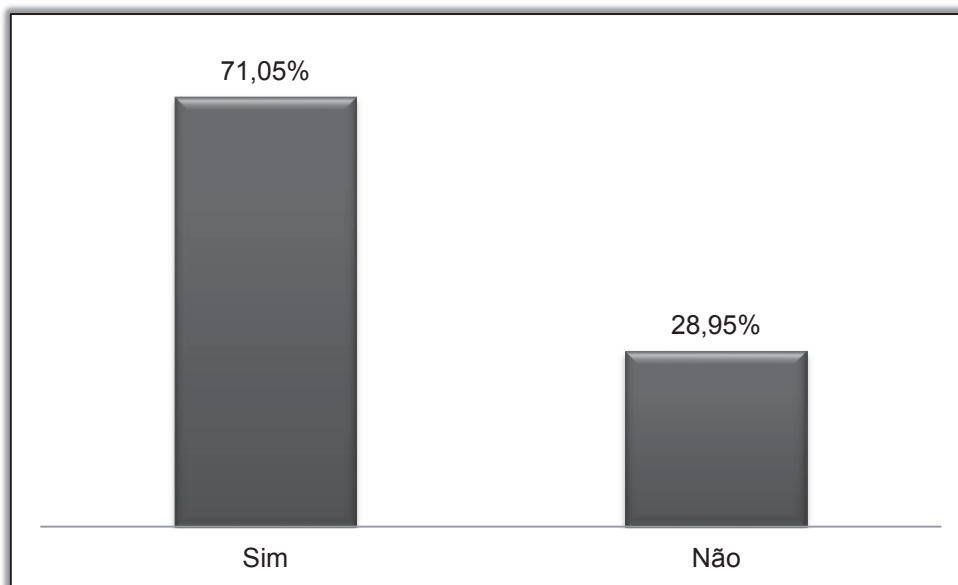
Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

Esta era uma questão bastante interessante, pois diz respeito ao futuro da profissão contábil e o grau de importância atribuído pelas organizações ao serviço de contabilidade.

Quanto a continuidade dos serviços contábeis, caso estes deixassem de ser obrigatórios, 71,05% permaneceriam com o serviço, enquanto 28,95% dispensariam o mesmo.

Isto demonstra que a maioria das empresas enxergam a contabilidade como auxiliadora. Sendo assim, cabe aos profissionais contábeis agir de maneira que não somente sejam vistos como meros cumpridores de serviços burocráticos, mas como aqueles que darão o suporte necessário nas questões operacionais e estratégicas das empresas, com o objetivo de ampará-las e orientá-las em suas decisões.

GRÁFICO 10 – Permanência do serviço contábil caso não fosse obrigatório



Fonte: Baseado em Thiago A. (2012) e Anderson C., Ana Carolina T., Patrícia B., Rosângela M., Vanessa V. (2011) e adaptado pela autora.

A Contabilidade, seja interna ou externa, é primordial para que as empresas exerçam suas atividades, e é substancial que as informações por ela fornecida sejam fidedignas e confiáveis.

Este questionário foi desenvolvido com o objetivo de observar, dentro das Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte, a frequência de uso das ferramentas de gestão contábil, a importância atribuída por parte delas as informações geradas pela contabilidade, a responsabilidade pela tomada de decisão nas empresas, análise de relatórios contábeis, bem como a visão das empresas em relação ao contador e suas atribuições.

Salienta-se que tais relatórios e informações fornecidas pela contabilidade são imprescindíveis na tomada de decisão por parte de empresários, uma vez que fornecem dados de extrema relevância para utilização em projeções futuras e controles financeiros ou patrimoniais da organização.

Contudo, cumpre tecer que o contador, além de fornecer os dados básicos para funcionamento das empresas, como guias de tributos e folha de pagamento, deve exercer o papel de auxiliador no que tange o fornecimento de informações, para que seja possível a maximização do lucro das empresas e melhor aproveitamento de suas riquezas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde seu surgimento, antes mesmo de ser considerada como ciência, até os dias atuais, a Contabilidade vem sendo primordial no que diz respeito ao fornecimento de informações essenciais para as entidades. É de suma importância que tais informações sejam legítimas, pois através delas a empresa poderá tomar decisões quanto a seu funcionamento, bem como fazer projeções futuras.

Todavia, apesar de tudo o que a contabilidade pode oferecer as empresas, muitas delas ainda desconhecem a variedade de informações por ela proporcionadas e a forma com que ela pode servir de instrumento decisório, além de uma excelente ferramenta financeira e gerencial.

O contador tem um papel crucial na divulgação destas informações, de modo que sua relação com a empresa deve ser transparente e de forma frequente. Ele é capaz de, além de ser o provedor das informações, auxiliar os administradores e fazer-lhes compreender o quão fundamental é a contabilidade no cotidiano das empresas.

Contudo, a Contabilidade passa por constante evolução e mudanças, e o profissional contábil precisa acompanhar a toda esta transformação para estar apto a permanecer no mercado.

Mário Quintana, em um texto escrito para a revista Isto é em 1984, disse que “Um poeta satisfeito não satisfaz”. Nesta mesma linha, Guimarães Rosa dizia que “O animal satisfeito dorme”. Nestes contextos, os autores falavam sobre o ser humano num geral, mas pode muito bem ser utilizado para discorrer a respeito de todos os profissionais, inclusive o contador. O profissional da área contábil deve buscar constante crescimento, estar sempre inteirado de tudo o que acontece no Brasil e no mundo no que tange a contabilidade e áreas afins. Aquele que porventura sentir-se confortável com aquilo que sabe, estará limitado a fazer somente o básico, o que todos já fazem corriqueiramente, não apresentando às empresas o seu diferencial e tudo o que tem competência para oferecer, como maior auxiliador dos empresários.

Outra questão de extrema seriedade, é que os contadores devem estar sempre pautados em princípios éticos e agir com legalidade. Aquele profissional que não seguir os preceitos exigidos por Lei ou por sua classe, além de não ser digno de permanecer em atuação, poderá sofrer consequências. Muitas vezes o que vemos

por aí são profissionais que não agem eticamente, atuando de forma a lesar toda a sua categoria profissional. Infelizmente, é comum encontrar empresas que não atuam de forma correta, e tendem a buscar contadores que aceitem trabalhar com a informação fornecida por ela, seja esta fidedigna ou não. Este tipo de profissional prejudica não só a sua classe, mas a sociedade num todo, visto de certa forma acaba contribuindo para fraudes.

Este trabalho buscou apresentar a Contabilidade como ferramenta essencial de gestão e sua função para as empresas, além do papel do contador no fornecimento de tais informações e como consultor dos empresários.

Além de toda a fundamentação teórica, que revelou um pouco sobre a história da Contabilidade, estrutura das demonstrações financeiras e suas funções, a importância de divulgar as informações contábeis, bem como a responsabilidade do contador na origem das informações, foi realizada uma pesquisa, onde buscou saber das empresas analisadas, qual sua visão sobre a contabilidade, para que a utilizavam e como viam o contador diante das informações por ele fornecidas.

Observou-se através dos dados analisados que a grande maioria das empresas possui contabilidade externa e entra em contato com o contador somente quando necessário. Sobre a forma com que as empresas enxergam o contador, 63,16% o consideram como aquele que calcula e gera guias de tributos ou folha de pagamento, bem como outras questões apenas burocráticas.

Com relação ao uso das ferramentas gerenciais, pôde-se observar que 39,47% das empresas as utilizam somente para controle de fluxo de caixa. Sobre a periodicidade da análise das informações fornecidas pelo contador, que cumpre tecer segundo as empresas 68,42% enviam relatórios contábeis para auxílio na tomada de decisão, a grande maioria afirma analisar mensalmente os resultados.

Sobre a tomada de decisão, 57,89% afirmaram que esta função é apenas dos sócios das empresas.

Para finalizar a pesquisa, foi elaborada uma pergunta para tentar mensurar o quão importante é a contabilidade para as empresas. Questionadas se caso a contabilidade não fosse obrigatória permaneceriam com os serviços, 71,05% responderam que sim.

O que pudemos observar neste estudo é que os profissionais da área contábil como principais provedores das informações financeiras e gerencias, devem

estreitar mais a sua relação com as empresas, de modo que passe a ser visto como um auxiliador e consultor dos empresários.

Muitas vezes por não terem ciência de tudo o que a Contabilidade pode lhes conceder como instrumento de assessoria, as empresas não a utilizam como deveriam, deixando assim de desfrutar daquilo que ela tem de melhor a oferecer: a informação.

Cabe aos escritórios contábeis e aos contadores divulgar seu trabalho aos administradores e gestores, dando suporte nas decisões estratégicas e operacionais, conscientizando-os do quão benéfica é a contabilidade, quando utilizada não apenas para fins legais e cumprimento de obrigações ao fisco, e como ela pode ser útil na gestão de seus negócios.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Carlos Alberto. **Gestão contábil para contadores e não contadores**. 2 ed. Curitiba: Ed Intersaberes, 2011.

ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado brasileiro**. 104 p. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14032008-120509/pt-br.php>>. Acesso em: 07 maio 2018..

Anderson Catapan, Ana Carolina Teixeira Cortes, Patrícia Baptista de Souza, Rosângela Moreira dos Santos, Vanessa Ventura da Silva, **A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL: UM ESTUDO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**, 2011.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL, Lei nº 556, de 25 de Junho de 1850. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM556.htm>. Acesso em: 20/03/2018.

_____, Lei nº 6404, de 15 de Dezembro de 1976. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 21/03/2018.

_____, Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 10/04/2018.

_____, Lei nº 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 18/04/2018.

_____, Decreto nº 2627, de 26 de Setembro de 1940. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2627.htm>. Acesso em: 03/05/2018.

_____, Decreto Lei nº 9295, de 27 de Maio de 1946. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 05/05/2018.

_____, Decreto nº 1339, de 9 de Janeiro de 1905.

CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Pioneira, 1966.

CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. Ed – São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CFC – **Conselho Federal de Contabilidade**. Resolução CFC nº 750/1993 - Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC), 1993.

CFC – **Conselho Federal de Contabilidade**. Resolução CFC nº 803/1996 - Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC, 1996.

CFC – **Conselho Federal de Contabilidade**. Resolução CFC nº 1307/2010 - Altera dispositivos da Resolução CFC nº 803/96, que aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista, 2010.

CFC – **Conselho Federal de Contabilidade**. Resolução CFC nº 1374/2011 - Dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, 2011.

Coelho, F. U. (2005). **Curso de Direito Civil** (2a ed.). São Paulo: Saraiva.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Comitê De Pronunciamentos Contábeis. Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – The Conceptual Framework for Financial Reporting (IASB – BV 2011 Blue Book). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 07 de Maio de 2018.

Da LUZ, Érico Eleutério. **Teoria da Contabilidade**. 1. Ed. Curitiba: Editora Intersaberes, 2015.

Dictionary of Finance and Investment Terms – Barron's Educational Series ORRÚ, Mussolini. Contabilidade geral. São Paulo: Scipione, 1990.

Diniz, M. H. (2003). **Curso de direito civil: teoria geral das obrigações** (18a ed.). São Paulo: Saraiva.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCUBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Ética profissional**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 1996.

LISBOA, L. P. (1997). **Ética geral e profissional em contabilidade** (2a ed.). São Paulo: Atlas.

MARION, J.C. **Contabilidade Empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NAKAGAWA, M. **Introdução à Controladoria**. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

PADOVEZE, C. L. **Sistemas de Informações Contábeis**. 4º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez, BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. 3ª ed. São Paulo: Altas, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBBINS, S. P. Administração: **Mudanças e Perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral e das doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

TINOCO, J.E.P. **Balanço Social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. São Paulo: faculdade de Economia e Administração da USP, 984. (Dissertação, Mestrado em Contabilidade).

THIAGO André Anselmo, **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS PRESTADOS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMERCIAIS COM SEDE NO BAIRRO CENTRO EM BIGUAÇU/SC**, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.